TRABALHADORES HAITIANOS EM PATO BRANCO – PR: DESAFIOS PARA A INSERÇÃO SOCIAL, EDUCACIONAL E LINGUÍSTICA

Maria de Lourdes Bernartt[1]
Taize Giacomini[2]

O presente estudo objetivou investigar as razões que desencadearam a mobilidade espacial de trabalhadores haitianos para a região sudoeste do Paraná, na atualidade. Além disso, buscou verificar como se dá o processo de inserção social, educacional e linguística desses trabalhadores na cidade de Pato Branco. A metodologia consistiu em pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo exploratória. A pesquisa bibliográfica envolveu conceitos e discussões sobre trabalho (ALBORNOZ, 2000; MARX, 1983; SAVIANI, 2002), mobilidade espacial da força de trabalho na sociedade capitalista (FREITAS, 2009), preconceito (CROCHÍK, 2006), entre outros. Em relação à pesquisa de campo exploratória: 1) escolhemos a empresa da cidade que mais emprega esses trabalhadores para a aplicação de questionários orais e escritos, destinados aos dirigentes, aos haitianos e brasileiros que ali trabalham; 2) realizamos entrevistas com a população pato-branquense, de modo geral, sem especificação de público, faixa etária, classe social, envolvendo aleatoriamente pessoas da comunidade local; 3) levantamos dados junto à Secretaria Municipal de Educação de Pato Branco e em escolas que possuem alunos haitianos. Os resultados demonstram que os haitianos passaram a vir para o Brasil em 2010, quando o país foi devastado por uma catástrofe natural. Assim, vieram em busca de emprego, moradia e de melhores condições de vida. No entanto, apresentam dificuldades para se comunicar em língua portuguesa e para se relacionar com a comunidade local. Nesse sentido, algumas empresas e igrejas passaram a disponibilizar gratuitamente aulas de idioma e cultura brasileira. Os educadores sentem dificuldades no processo de ensino-aprendizagem por se tratar de um contexto inovador e desafiador. Em relação à questão social, os haitianos estão sendo alocados em diversos bairros da cidade, e aos poucos se adaptando com a cultura e os costumes locais. Alguns deles já se casaram aqui, bem como outros já tiveram filhos pato-branquenses/paranaenses. Contudo, andam sempre em grupos, entre si. Quanto à população da cidade e a sua relação com estes trabalhadores, notou-se que há um acentuado preconceito em relação à cor, ao comportamento, e em especial, quanto à presença destes trabalhadores em Pato Branco-PR.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de estudos desenvolvidos em Trabalho de Conclusão de Curso de Letras (UTFPR-2013) e Artigo Final de Especialização em Letras (UTFPR-2014). Estes estão tendo continuidade no Mestrado em Desenvolvimento Regional, com um viés voltado para a

[1] Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) e do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), da UTFPR Câmpus Pato Branco. Graduação em Letras. Mestrado e Doutorado em Educação.
[2] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da UTFPR Câmpus Pato Branco. Graduação em Letras. Docente da Rede Pública do Estado do Paraná.

educação de haitianos em contextos escolares e não escolares no sudoeste do Paraná. Desse modo, apresentaremos alguns resultados obtidos até o momento.

Entende-se que a mobilidade espacial da força de trabalho para o Brasil não é inédita. Ela surge com a libertação dos escravos (1888), quando vieram para o país levas de italianos, alemães, poloneses, principalmente para as grandes fazendas de café no estado de São Paulo, bem como para os três estados da região sul do Brasil.

Em relação ao Sudoeste do Paraná, que é o foco desta pesquisa, houve uma significativa mobilidade espacial de força de trabalho nas décadas de 1950 e 1960 vindas do Noroeste do Rio Grande do Sul, formada por agricultores, descendentes de italianos e alemães, em sua grande maioria.

Atualmente, o Sudoeste do Paraná tem se tornado palco de uma nova mobilidade espacial da força de trabalho oriunda da América Central - Haiti, especialmente para a cidade de Pato Branco. Não é mais possível ignorar essa parcela populacional, visto que essas pessoas estão presentes em grandes empresas da cidade e constituem um contingente significativo, somando cerca de 300 trabalhadores haitianos.

Tal situação, em nossa região, ainda não tem sido estudada pela academia, e é de se prever que existem impactos para esses trabalhadores, bem como para a sociedade pato-branquense, em geral. Diante desse quadro, investigamos o modo como ocorre a mobilidade espacial da força de trabalho haitiana para a região Sudoeste do Paraná na atualidade e a questão da inserção social, linguística e cultural desses trabalhadores na sociedade local.

Destacamos que a presença dos haitianos tem despertado a atenção da população pato-branquense, por serem novos na cidade e negros. A região Sudoeste do Paraná é caracterizada principalmente pela presença de descendentes de alemães, italianos e poloneses, não sendo comum a presença de descendentes da referida etnia. Tal situação causou, assim, um estranhamento na população que vem manifestando discursos racistas e preconceituosos em relação aos haitianos.

Para conseguirmos cumprir os objetivos da pesquisa realizamos inicialmente pesquisas bibliográficas relacionadas a: conceitos de trabalho; mobilidade espacial da força de trabalho; mobilidade espacial da força de trabalho; mobilidade espacial da força de trabalho haitiana para o Brasil; regularização da situação dos haitianos no Brasil; entre outros. Ademais, realizamos

pesquisas de campo exploratórias, na empresa da cidade de Pato Branco que mais emprega trabalhadores haitianos atualmente e também com membros da população pato-branquense.

Agendamos visitas na empresa e coletamos dados por meio de entrevistas orais e informais, com questionários previamente preparados destinados aos representantes da empresa, trabalhadores haitianos, bem como para o professor de língua portuguesa atuante na educação dos haitianos na referida empresa.

A análise dos dados colhidos consistiu em uma abordagem qualitativa, mediante categorias selecionadas previamente. O método utilizado foi a análise de conteúdo, conforme Bardin (2009).

2 TRABALHO E MOBILIDADE ESPACIAL DA FORÇA DE TRABALHO

Antes de partirmos para as discussões sobre trabalho e posteriormente sobre mobilidade espacial da força de trabalho, é necessário deixar claro que existem inúmeras definições para *trabalho* independente da etimologia ou conceitos culturais. Pela natureza do estudo, não nos cabe tratar aqui de maneira aprofundada esses conceitos. Queremos, pois, traçar um contexto geral da temática tendo em vista que o foco da pesquisa é a inserção social, educacional e linguística dos trabalhadores haitianos na região Sudoeste do Paraná.

Albornoz (2000) diz que a palavra trabalho, em língua portuguesa, derivou-se do latim *tripalium*, que era um instrumento constituído por três paus, por vezes com pontas de ferro, e utilizado por agricultores para bater e esfiapar trigo, linho e espigas de milho. Sua significação associa-se também a um instrumento de tortura, o que teria sido inicialmente ou mais adiante. A *tripalium* relaciona-se com um verbo em latim, *tripaliare*, que denota torturar. Tais afirmações reafirmam-se em consulta eletrônica do termo trabalho no dicionário de Elementos Mórficos Houaiss de Língua Portuguesa, como podemos observar a seguir.

> **Trabalh-** elemento de composição
> antepositivo, do lat. *tripalìum* 'instrumento de tortura', der. do adj. *tripális,e* 'sustentado por três estacas ou mourões' (ver ***pau-***), donde o v. román. **tripaliare*, fonte do port. *trabalhar* (do fr. *travailler*, esp. *trabajar*, it. *traballare*), de que *trabalho* é regressivo por razões semânticas: o 'suplício' identificado a 'trabalho'; a cognação port. inclui *trabalhabilidade*, *trabalhadeira*, *trabalhado*, *trabalhador*, *trabalhão*, *trabalhar*, *trabalhável*, *trabalheira*, *trabalhinhos*, *trabalhiscar*, *trabalhismo*, *trabalhista*, *trabalhístico*, *trabalho*, *trabalhoso*, *trabalhucar*. (HOUAISS, 2009)

Assim sendo, para muitos, o trabalho pode gerar fadiga, cansaço, trazer emoções, dor, etc.; sentimentos estes que estão de certa forma associados com a origem morfológica da palavra.

Muitos escritores e filósofos discutiram e ainda discutem a questão do trabalho, destacando conceitos e acepções sobre. Marx (1983) foi um deles. O grande intelectual e revolucionário alemão define trabalho como:

> (...) um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX,1983, p.149-150)

Assim, Marx indica de maneira ontológica, o trabalho como a forma de mediação entre o homem e a natureza. É o homem produzindo sua humanidade, reproduzindo sua existência. Ao trabalhar o ser humano age de maneira intencional e consciente sobre a natureza a fim de transformá-la. Nesse sentindo, produz também historicamente sua existência material, e concomitantemente, produz cultura, crenças, ideias, valores, conhecimento da realidade. No contexto de sua apresentação, o ser humano mostra-se tanto nos aspectos sociais quanto nos subjetivos.

Através dos estudos que vem sendo realizados sobre trabalho, tem-se buscado distinguir aquele desenvolvido por humanos daquele desenvolvido por animais. Para muitos, o que os diferencia é o fato de existir consciência no primeiro, intencionalidade, enquanto no segundo não há consciência, realizam o trabalho por instinto. A princípio existia a ideia de que apenas os humanos utilizavam instrumentos, *meios de trabalho*, tese que não se aplica mais. Para Marx (1983), o *meio de trabalho* "é uma coisa, ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto" (MARX, 1983, p.150). Tendo por base esse conhecimento, inferimos que os antropoides também possuíam *meios de trabalho* para a realização das suas atividades como, por exemplo, pedaços de galhos para derrubar os frutos das árvores. Para Albornoz (2000), o que difere, nesse sentido, o trabalho do homem é a instrumentação, o meio de trabalho, e a divisão social do trabalho, muito mais elaboradas e complexas comparadas a dos animais.

Ainda discorrendo sobre o trabalho humano e animal, a primeira motivação para ambos pode ser a sobrevivência, mas há uma principal distinção entre essas duas forças de trabalho. Na

humana há a liberdade de escolha dentre os diversos tipos de trabalho, sejam estes relacionados somente ao esforço mental e braçal ou com o auxílio de uma máquina. Também, “natureza e invenção se entrelaçam no trabalho humano, em níveis diversos, da ação mais mecânica e natural a mais controlada e consciente” (ALBORNOZ, 2000, p.12). Natureza e cultura estão presentes, por exemplo, na criação de vitaminas em comprimidos, na criação do automóvel ou no envio de astronaves para outros planetas.

O trabalho está presente ao longo da história humana, em diferentes tempos e épocas. Nos primórdios, mais precisamente na cultura indígena, o trabalho era dependente da natureza, as pessoas colhiam os frutos que as árvores produziam; os peixes que estavam no rio; os animais que eram criados dentro do grupo para alimentação; sem nenhum interesse pela acumulação de bens e riquezas por parte dos integrantes, seguiam apenas seus instintos de sobrevivência.

Na sequência, aparece o sistema agrário, que teria surgido por intermédio das mulheres, uma vez que as queimadas invadiram algumas áreas e foi possível constatar que as sementes cresciam nesse terreno, não sendo necessário partir para procurar alimentos, o que facilitava muito, já que, na maioria, estavam grávidas ou possuíam crianças para cuidar e recusavam-se a afastar-se da moradia. De acordo com Albornoz (2000) surge assim, a divisão do trabalho, com as mulheres no plantio e o os homens na caça.

Com a nova forma de plantio houve a expansão territorial, conquistando-se novas áreas florestais, e também o aumento populacional. As florestas deram lugar as plantações rasteiras e áreas de pastagens, onde as pessoas aplicavam a força do seu trabalho para colher a própria alimentação e a dos familiares. Nesse cenário, surge a noção de *propriedade* e *produto excedente*, pois se um determinado indivíduo planta cultiva e colhe em um terreno, logo tem-se a ideia de que o produto é sua propriedade. O que é colhido mantém o próprio produtor e sua família, e o que sobra da colheita é trocado com os vizinhos. Por exemplo, se o vizinho 1 produz milho, o vizinho 2 produz arroz, e o vizinho 3 feijão; o que sobra da produção de milho do produtor 1 é trocado com as sobras de arroz e feijão dos vizinhos 2 e 3 respectivamente. Mas, se um desses vizinhos possui uma extensão territorial maior e consequentemente produz mais, as trocas das sobras tornam-se desiguais, havendo um novo excedente e uma relação de desigualdade.

Com o passar do tempo a noção de propriedade foi separada na noção de trabalho pela prática da guerra. O povo que foi conquistado na guerra submeteu-se a trabalhar e a entregar seus excedentes ao colonizador, que enriquecia com isso, formando as hierarquias. Também

foram transportados escravos que serviam de mão-de-obra para os trabalhos braçais, sendo esses considerados a classe mais baixa da hierarquia social.

Na Idade Média a situação não muda, simplesmente são alterados os nomes dos "conquistadores"; agora os excedentes são entregues aos fidalgos independentes, funcionários de uma monarquia ou de uma potência imperialista; que serviam, na maioria dos países, para manter os militares e a classe mais ociosa. Dos trabalhos sobre a terra são geradas as riquezas, e posteriormente são incentivadas outras formas de obter lucro: artesanato, criação de animais, comércio. Agora não é mais realizado o escambo, é criada a moeda.

Surge então, uma nova classe, a burguesia, uma "comunidade de habitantes das cidades que auferia uma renda das atividades comerciais e desfrutava de um grau de independência maior ou menor dos poderes feudais ou dos senhores de terra e da corte dos reis" (ALBORNOZ, 2000, p.20). Aqueles que possuíam maior poder aquisitivo dispunham de funcionários para colaborar com os negócios e aumentar ainda mais a renda. Esses burgos que surgiram na história medieval europeia e na modernidade latino-americana, dominam atualmente a sociedade capitalista e são eles quem determinam, na maioria dos casos, a forma como o trabalho é desenvolvido dentro desse sistema social.

Com o sistema de exploração marítimo e consequente acumulação de bens pelos europeus, com a aplicação da ciência para a produção, e com a expansão do capitalismo, destacam-se três fases de desenvolvimento tecnológico:

> O primeiro, da invenção da máquina a vapor, é a revolução tecnológica do século XVIII. O segundo estágio do desenvolvimento da tecnologia moderna, no século XIX, se caracteriza pelo uso da eletricidade, que ainda continua a determinar a fase atual do reino do artifício humano. A automação representa o estágio mais recente da revolução tecnológica: a invenção do computador, a revolução industrial do século XX, ou a *terceira onda* da Revolução Industrial.
> (ALBORNOZ, 2000, p.22)

Nessa era da "revolução da automação" ou "revolução microeletrônica", diferentemente da primeira revolução industrial que transferia funções manuais para as máquinas, transfere-se agora o conhecimento para as máquinas, funções intelectuais, sendo que "nesse processo a capacidade produtiva do trabalho humano inegavelmente atinge proporções ilimitadas". (SAVIANI, 2002, p.21)

Após profundas transformações e tamanho desenvolvimento, percebemos o trabalho hoje como um esforço coletivo e planejado, sob a regência de grandes organizações capitalistas.

> O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida de que o trabalho se realize em ordem e os meios de produção sejam empregados conforme seus fins, portanto, que não seja desperdiçada matéria-prima e que o instrumento do trabalho seja preservado, isto é, só seja destruído na medida em que seu uso no trabalho o exija. (MARX, 1983, p.154)

Cada vez mais as pessoas tendem a depender das multinacionais e grandes empresas para o trabalho, deixando de lado o trabalho autônomo, a propriedade rural; o que acarreta grandes problemas em áreas metropolitanas, como crescimento populacional. Para Albornoz (2000), o êxodo rural ocorre pela busca de empregos melhores, nessa produção moderna, com um serviço menos arriscado, podendo ainda usufruir do bem-estar e comodidade da área urbana. As migrações também estão relacionadas com o fato de o terreno familiar ser limitado, não oferecendo condições de renda para todos os familiares.

A maioria das pessoas desloca-se geograficamente em busca de melhores condições de vida e visam um trabalho em grandes empresas. Geralmente as empresas em que conseguem trabalho são aquelas que produzem em série, em grande escala, pois o sistema capitalista quer produzir muito em pouco tempo para adquirir mais lucro. Segundo Chiavenato é um "moderno método que permite fabricar grandes quantidades de um determinado produto padronizado" (CHIAVENATO, 1993, p. 80). Por exemplo, em linhas de montagem fabris, separam-se as partes para a construção de um produto. O trabalhador é encarregado apenas de uma das partes do processo, ele é especialista em apertar parafusos, ou colocar a tachinha no sapato. Albornoz (2000) salienta que o trabalhador torna-se alienado do processo total, pois sabe fazer apenas uma parte do todo; ao contrário do trabalho artesanal onde era responsável pela confecção completa de um artigo.

O proprietário capitalista, da empresa em que trabalha, pode ainda trocar a máquina na qual ele era especialista, por outra de maior tecnologia para consequentemente gerar mais lucros. Se o empregado não se adequar a essa nova máquina ele perderá o seu emprego e também o seu saber. A máquina que antigamente era usada por ele não era de sua propriedade, nem lhe caberia o seu destino, apesar dominava parte do seu uso.

Assim, o mundo do trabalho está intrinsicamente ligado aos desejos e anseios dos capitalistas e proprietários. A força do trabalho é tida como mercadoria, e há uma sobra entre o

valor pago mensalmente ao trabalhador para com o valor que, de fato, ele produziu. Com base nessa sobra é que o capital será reproduzido.

O valor ou preço do trabalho é o valor "da força de trabalho, medido pelos valores das mercadorias necessárias à sua manutenção" (Marx, 1982, p.165). O trabalhador fornece, pois, ao empregador capitalista o seu trabalho, e depois de realizá-lo recebe um salário, e imagina que o valor da sua *força de trabalho* é o *preço ou valor do seu próprio trabalho.* O empregador paga ao empregado uma parte do trabalho diário, enquanto a outra não recebe remuneração, e este valor não pago é que forma a mais-valia ou lucro, e fica parecendo que todo o trabalho que foi realizado é trabalho pago. Essa ilusão é que diferencia o trabalho assalariado das outros tipos históricos de trabalho.

Nesse novo sistema de trabalho, um dos problemas enfrentados é a carência de mão de obra. Dentre os diversos segmentos sociais e variadas áreas de trabalho existentes, há a necessidade constante de ampliação da produção e aumento de lucros. Assim, necessita-se constantemente de funcionários para as engrenagens do sistema de produção. Tal fato, evidencia-se ainda mais em empresas que atuam com o sistema de produção em série. Veremos, no próximo capítulo, sobre a mobilidade espacial da força de trabalho que é uma alternativa eficaz para suprir tal necessidade.

A mobilidade, além de ser o deslocamento de indivíduos, grupos ou elementos culturais no espaço social, envolve estruturas, meios, cultura e significados; além de manter ideias de liberdade, progresso, modernidade e oportunidade. De acordo com Freitas (2009), podemos entender a mobilidade em sentido amplo como:

> A capacidade, a disposição e o desejo que um indivíduo tem de mudar geograficamente e de interagir com diferenças em relação à cultura, à sua profissão, à sua empresa, ao seu cargo e aos seus saberes, fazendo ajustes que favorecem o seu melhor desempenho profissional e enriquecem a sua vida pessoal. (FREITAS, 2009, p.249)

Na atualidade, o Brasil tem se tornado palco de uma nova mobilidade espacial da força de trabalho, esta de haitianos. Devido às catástrofes naturais, conflitos políticos e falta de subsídios no país, muitas pessoas saíram em busca de moradia, alimentação e condições de sobrevivência. Conforme Cotinguiba e Pimentel (2012),

> especialmente a partir da segunda metade [século XX], tem-se assistido à migração em massa de haitianos para outros países em busca de melhores condições de vida, seja por liberdade política e social, seja pela busca de oportunidades de trabalho ou estudos e,

> nesse sentido o Brasil figura como um dos destinos da emigração haitiana na contemporaneidade. (COTINGUIBA; PIMENTEL, 2012, p. 2)

Conforme entrevista disponível no *site* Mundo Sustentável, realizada com Rosita Milesi, diretora do Instituto de Migrações e Direitos Humanos do Brasil, cerca de 5.000 haitianos vieram para o país após essas catástrofes, entre 2010 e 2012. Ainda, segundo ela, os fatores que motivaram a vinda dessas pessoas foram, de fato, a pobreza e os escombros de um país destruído, sendo pessoas que conseguiram juntar recursos financeiros para pagar o deslocamento geográfico, com a ajuda de amigos e familiares. Vieram na esperança de conseguir um trabalho, ganhar dinheiro, reconstruir suas vidas e ajudar a família que permaneceu no país de origem.

3. ROTA DE ENTRADA E REGULARIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DOS HAITIANOS NO BRASIL

Rosita Milesi, diretora do Instituto de Migrações e Direitos Humanos do Brasil, em entrevista para o *site* Mundo Sustentável[3], diz que o processo de imigração haitiana por via aérea partia da República Dominicana para o Equador e Peru – países que não exigiam vistos de permanência para esse contingente; sendo que o Peru passou a exigir a partir de janeiro de 2012. Outros chegavam por via aérea no Equador e depois seguiam de ônibus até o Peru, onde tomavam outro ônibus com destino a fronteira do Brasil. Após essa etapa, faziam um percurso terrestre (na grande maioria) ou fluvial, sendo os destinos mais frequentes as cidades de Assis Brasil, Tabatinga e Brasileia (região norte). Na travessia terrestre, geralmente chegavam "a pé ou em táxi boliviano ou peruano, dependendo da rota que é feita, a um preço que pode chegar até US$ 100,00 por pessoa, em viagens com uma média de seis passageiros por veículo". (COTINGUIBA; PIMENTEL, 2013, p. 25)

Como a principal rota de entrada para o Brasil é pelo Acre, centenas de pessoas atravessaram essa fronteira entre 2011 e 2012, e alojaram-se principalmente na cidade de Brasileia, um município de pequeno porte, com 22 mil habitantes e sem infraestrutura para alocar tantas pessoas. Quando vieram as primeiras levas, no hotel da cidade, que possui trinta quartos, permaneceram 700 haitianos por cerca de 40 dias, tempo necessário para a regulamentação da documentação. A situação se tornou desesperadora e os haitianos que não tinham onde se

[3] Disponível em: <http://www.mundosustentavel.com.br/2012/01/brasil-haitianos-e-os-desafios-da-lei-de-migracoes/>.

estabelecer, permaneceram temporariamente em abrigos improvisados, sem local adequado para a higiene e alimentação. Tal ajuda humanitária adveio principalmente da Serviço Pastoral do Migrante (SPM) e da Igreja Católica, com a atuação de algumas paróquias junto ao grupo.

De acordo com Rosita Milesi, em fonte citada anteriormente, os desafios iniciais do Brasil, em relação à chegada desses haitianos estavam associados com a Lei da Migração, de 1980, que recebeu as influências da ditadura militar, não existindo uma correspondência dessa lei com os direitos humanitários e não permitindo uma política migratória coerente e dinâmica, como a atual. Houve um esforço para a alteração dessa lei, de forma que ela contemplasse a situação dos haitianos, e que eles como imigrantes em situação irregular, não pudessem ser criminalizados pela falta de documentação.

Ainda segundo Rosita Milesi, ao chegarem ao Brasil, os imigrantes precisavam urgentemente de amparo, moradia, alimentação e documentos que permitissem a permanência legal e o livre descolamento para outras regiões do país. O fato é que os haitianos desejavam e desejam ainda trabalhar para manter-se e para isso é necessário superar alguns problemas de acesso ao mercado de trabalho. Ademais, somam-se a isso os problemas com o idioma (falam francês ou crioulo, na sua maioria), dificuldades de comunicação e o estranhamento com a cultura local. Também são poucos os recursos de órgãos municipais e estaduais para a assistência a essa população no que tange à capacitação profissional, inclusão laboral e proteção social.

Após a chegada dos primeiros imigrantes no Brasil, bem como após a legalização da documentação, empresas do setor de construção civil e alguns setores industriais passaram a recrutar essas pessoas para o trabalho no Acre, e posteriormente em Manaus. Em seguida, empresas de outros setores e localidades também começaram a solicitar essa mão de obra para o trabalho. Os destinos mais frequentes para a migração, na atualidade, são as regiões sul e sudeste.

Como a maioria dos haitianos não possui recursos para arcar com as despesas de sua viagem para as regiões do Brasil que dispõem de ofertas de emprego, estes ficam aguardando os empresários a fim de levá-los para esses locais. Segundo dados obtidos no site do governo do Acre, nos últimos dois anos mais de 6 mil haitianos entraram no Brasil, passando por Brasileia (AC). Até dezembro de 2012 4.300 imigrantes saíram empregados do Acre para outros estados.

Ainda segundo informações obtidas no site do governo do Acre, atualmente as empresas que apresentarem interesse na contratação dessas pessoas devem entrar em contato com a

Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Acre, levar informações sobre os serviços que serão realizados pelos novos empregados e também a proposta de salário.

Em relação ao deslocamento geográfico dos haitianos para o Brasil percebe-se dificuldades de adaptação, no que tange à língua, â falta de uma política nacional sobre imigração, aos direitos e deveres trabalhistas, dentre outras. Mesmo assim, os imigrantes estão se inserindo aos poucos na sociedade brasileira, alguns com bastantes dificuldades, outros com mais facilidade. É importante mencionar que muitas dessas pessoas já moraram em países como a República Dominicana e Peru, e apresentam domínio da língua espanhola, o que facilita o aprendizado da língua portuguesa e consequentemente a inserção social.

4. PRESENÇA DE TRABALHADORES HAITIANOS NA CIDADE DE PATO BRANCO – PR

A cidade de Pato Branco localiza-se na região Sudoeste do Paraná, com população estimada de 77.230 habitantes, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do ano de 2013. Podemos perceber, pela Figura 7, a localização geográfica da cidade, no estado do Paraná.

Figura 1: Localização geográfica de Pato Branco – Região Sudoeste do Paraná.
Fonte: Google Imagens (2013)

Segundo dados do IPARDES (2014), a cidade de Pato Branco está a 433,53 km da capital, Curitiba. A cidade é caracterizada economicamente pela presença de indústrias de diversos setores. Assim, é grande o número de vagas disponíveis para o trabalho nessas empresas.

Pela falta de mão de obra local e/ou não desejo dos pato-branquenses em trabalhar nesses setores, surgiu o interesse de algumas empresas em trazer os haitianos para o trabalho na região.

Para entendermos como ocorre o processo de mobilidade espacial da força de trabalho haitiana para a região Sudoeste do Paraná, contatamos com a empresa da cidade que mais emprega esses trabalhadores na atualidade. Inicialmente fizemos contato com essa empresa, que é do setor frigorífico de aves, para dar a conhecer sobre a pesquisa. Na sequência, realizamos uma visita de apresentação, onde fomos recepcionadas pela Assistente Social e expomos mais detalhadamente os objetivos do projeto. Ela nos explicou de maneira informal e breve sobre a vinda dos haitianos para trabalhar na região, especialmente na empresa. Nessa oportunidade, conhecemos as dependências físicas e tivemos conversas informais com alguns haitiano.

No mês seguinte, realizamos outra visita onde entrevistamos a Assistente Social da empresa. Semiestruturamos previamente um roteiro de entrevista a ser seguido, com questões abertas para melhor conduzir a entrevista.

A Assistente Social relatou que o primeiro contato que a empresa teve com os haitianos foi através da antiga gerente de Recursos Humanos com um padre da Pastoral do Imigrante na Paróquia Igreja Católica em Manaus, estado do Amazonas. Depois desse contato inicial, a empresa enviou dois representantes para Manaus, em abril de 2012, onde conheceram a realidade local, informaram sobre o projeto da empresa e fizeram o convite de trabalho. A empresa partiu com o objetivo de trazer 30 homens para o setor da produção, mas nesse primeiro momento foram contratados 37 homens e uma mulher, pois havia um casal. Através de voo comercial, e acompanhados por representantes da empresa chegaram em Pato Branco no dia 01/04/2012.

No primeiro mês que chegam à cidade de Pato Branco a empresa paga a moradia e ainda auxilia na alimentação. A partir do segundo mês o valor do imóvel é divido em partes iguais, o valor descontado em folha e repassado para as imobiliárias. Nas casas e apartamentos locados pela empresa moram várias haitianos, o que viabiliza os custos. Assim, é possível economizar e enviar mais dinheiro para os familiares. Existem 26 imóveis locados atualmente e estão localizados em vários bairros da cidade.

Segundo informações obtidas na empresa, em junho de 2012, foi contratado um profissional da área de assistência social para dar suporte a essas pessoas e auxiliar no processo de adaptação social. A partir de então a empresa passou a contratar novos grupos com a ajuda da Pastoral do Imigrante da Igreja Católica de Manaus. Eram mandadas as informações sobre as

vagas de trabalho e o padre realizava as negociações. Na sequência, eram emitidas as autorizações de passagens aéreas até a cidade de Foz do Iguaçu, onde representantes da empresa aguardavam os grupos. Vieram assim, mais quatro grupos de 20 pessoas nos meses subsequentes.

Os últimos trabalhadores haitianos, após janeiro de 2013, têm chegado por conta própria, sem subsídios da empresa, tomando conhecimento das vagas por intermédio de amigos e familiares que já trabalham ali. Tais imigrantes vêm de cidades localizadas principalmente no Acre, Rio Grande do Sul, Amazonas e até mesmo do Paraná.

Segundo informações da Assistente Social, os haitianos contratados pela empresa trabalham nos setores de produção, agronegócios, fábrica de ração e restaurante, realizando funções como: auxiliar de produção, operador de máquinas, auxiliar de cozinha, entre outras. Ressaltou ainda, que o trabalho que efetuam é bem diferente daquele que desempenhavam no Haiti, mas que há a preocupação de aproveitar as experiências anteriores.

Quando questionamos sobre a barreira linguística, a Assistente Social nos informou que existe bastante dificuldade de comunicação e limitações sociais devido ao não domínio da língua portuguesa, principalmente por aqueles que chegaram há pouco tempo na empresa, sendo o primeiro emprego no país. Tendo em vista tais dificuldades, a partir de outubro de 2012, a empresa passou a disponibilizar gratuitamente aulas de Língua Portuguesa para os haitianos. As aulas do projeto passaram a ocorrer duas vezes por semana, com duração de duas horas cada.

A Assistente Social nos convidou a participar das aulas de Língua Portuguesa, e assim assistimos a duas semanas de aulas (8 horas/aula) entre os meses de agosto e setembro de 2013, a fim de verificar as reais necessidades e dificuldades para inserção linguística desses alunos haitianos. Fizemos observações diretas das aulas, gravações em áudio e fotografias, além de um questionário para o professor.

Perguntamos ao professor sobre as maiores dificuldades percebidas no processo de ensino-aprendizagem de língua portuguesa, e ele mencionou o cansaço devido ao trabalho árduo, o modo de pensar em português que é diferente do modo de pensar no idioma deles, além de dificuldade de construções próprias da língua portuguesa, como diferir na fala o R do L, em palavras com as sílabas ra-re-ri-ro-ru de la-le-li-lo-lu. Em relação à gramática, o professor percebe problemas com o uso de pronomes possessivos (meu, seu, teu, etc.); também no uso de verbos no infinitivo e conjugações em geral; e no uso das preposições, principalmente quando se juntam com um artigo (no, na, num, numa, etc.).

O professor também permitiu que conversássemos com os haitianos durante as aulas a fim de realizar questionários com os mesmos. Tal sondagem objetivou conhecer um pouco de cada haitiano e traçar um breve perfil quando à origem, idade, estado civil, função desempenhada na empresa, número de filhos, número de dependentes, fatores que influenciaram a vinda para o Brasil, dificuldades percebidas em relação a mudança geográfica, língua usada para se comunicar em diferentes situações, atividades que vêm participando na comunidade pato-branquense, entre outros.

Selecionamos uma amostragem de aproximadamente 7,2% do total de haitianos que trabalhavam na empresa para realizar as investigações. Foram assim entrevistados oito homens e duas mulheres. As pessoas que participaram da pesquisa têm idade entre 23 e 43 anos, todos nascidos no Haiti, tendo como língua materna o crioulo haitiano, e sendo moradores de Pato Branco atualmente. O tempo médio que estão trabalhando na empresa é de 1 a 5 meses.

Quanto ao estado civil, do montante de 10 pessoas, 6 são solteiras e 4 casadas. Uma das mulheres que participou da pesquisa é solteira e tem um filho que está no Haiti, enquanto a outra é casada, possui 4 filhos, que também estão no Haiti, e espera pelo quinto filho que nascerá no Brasil. Dentre os 8 homens que participaram da entrevista, 4 possuem filhos, sendo que dois deles possuem 4, um possui 3 e outro possui 1.

O número de dependentes também foi investigado e varia de 3 a 10 por trabalhador haitiano. Três dos entrevistados têm até 5 dependentes, os outros sete têm acima desse número. O que nos chamou a atenção é que três dos entrevistados possuem 10 dependentes cada. Percebemos, assim, que os haitianos precisam enviar praticamente todo o dinheiro que ganham aqui para a família que permanece no Haiti, pois além dos filhos e esposas, muitos deles precisam sustentar os pais e irmãos.

Quanto à escolaridade, dos 10 entrevistados, 1 possui ensino fundamental incompleto, 2 possuem ensino fundamental completo, 1 possui ensino médio incompleto, 1 possui ensino médio completo, 1 possui ensino superior incompleto e 4 possuem ensino superior completo. O nível de escolaridade desses haitianos é alto quando analisamos a situação do Haiti em todos os aspectos, e talvez isso esteja relacionado com o interesse em participar das aulas de língua portuguesa na empresa.

Percebemos ainda, que todos os entrevistados consideram importante aprender ou aprimorar sua comunicação em língua portuguesa, e, por isso, todos frequentam as aulas que a

empresa disponibiliza. A língua que utilizam em situações comunicativas na empresa é predominantemente a portuguesa, mas também se comunicam em crioulo haitiano em conversas mais informais com os colegas da mesma origem. Devido a não compreensão de algumas sentenças em português, os haitianos que sabem inglês, também tentam se comunicar no referido idioma.

Quando questionados se encontraram facilidade em fazer amizades em Pato Branco, sete dos entrevistados afirmaram que o processo foi fácil, dois disseram que foi mais ou menos e um disse que não foi fácil. Esses amigos envolvem haitianos e também brasileiros.

Em relação à integração a comunidade local, indagamos como se sentiam no momento da entrevista. Oito haitianos disseram estarem integrados à comunidade, um afirmou estar em fase de integração e outro não se sente integrado ainda. Verificamos também quais os programas/atividades que realizam na sociedade pato-branquense, e dentre os mais comuns está a participação em alguma igreja.

Outra atividade que gostam de fazer na cidade é frequentar a Praça Municipal Getúlio Vargas. Lá é uma espécie de ponto de encontro dos haitianos nos fins de semana para o lazer, conversas e entretenimento. Além disso, também é comum frequentarem a casa de amigos para tais atividades.

A segunda parte da pesquisa de campo exploratória envolveu habitantes de Pato Branco que residiam antes da chegada dos haitianos. Entrevistamos assim, 12 pessoas da cidade, com faixa etária entre 18 e 70 anos, em diversos lugares, como: rua, universidade e comércio. Os entrevistados foram escolhidos aleatoriamente, sendo de diferentes profissões e classes sociais.

Todos os entrevistados afirmaram ter conhecimento do fenômeno imigratório de haitianos para a região Sudoeste do Paraná, principalmente para a cidade de Pato Branco, por já terem visto essas pessoas em pontos da cidade, como no centro e na praça. Perguntamos ainda, se os entrevistados têm conhecimento dos motivos da vinda dos haitianos para a cidade e, a maioria deles, informou ter conhecimento que vieram para o trabalho nas empresas, em setores que a população local não deseja trabalhar.

Os entrevistados afirmam que veem frequentemente os haitianos pelas ruas do centro da cidade, na praça municipal Getúlio Vargas, ou em seus bairros residenciais. Alguns disseram que já conversaram com essas pessoas, no trabalho, na vizinhança, ou através de entidades sociais que

participam. Apesar disso, nenhum pato-branquense afirmou manter uma relação de amizade com algum haitiano.

Perguntamos ainda, se os entrevistados consideram que os haitianos foram bem recebidos pela população pato-branquense, para verificar quais foram os impactos sociais causados na população devido à chegada dos mesmos. A grande maioria considera que os haitianos não foram bem recebidos e que estão inserindo-se aos poucos na cidade, ressaltando a questão do preconceito racial da população de Pato Branco em relação a esses novos habitantes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos, no decorrer dessa pesquisa, que os haitianos vieram para a região Sudoeste do Paraná, especialmente para a cidade de Pato Branco, a fim de trabalharem nos setores de produção em grandes indústrias, visto que não há mão de obra disponível ou interessada em realizar tais atividades. Com isso, tiveram que passar por um processo de inserção social, linguística e cultural.

A empresa da cidade que mais emprega essa mão de obra tomou uma série de medidas para colaborar nesse processo de inserção, contratando uma assistente social para dar suporte ao projeto, disponibilizando aulas de língua portuguesa, locando imóveis para residirem, além de subsidiar as passagens de vinda e as despesas no mês de ingresso.

Apesar de ser grande o preconceito racial da população local em relação aos haitianos, nota-se que estes estão se inserindo, gradativamente, na comunidade local, aprendendo a linguagem e os costumes. Além disso, é notável a presença dos haitianos em ambientes públicos da cidade, como a Praça Getúlio Vargas e em instituições religiosas. Muitos deles estão constituindo famílias na cidade e tendo filhos, o que demonstra o interesse em permanecer no local.

Esse foi um primeiro trabalho acadêmico realizado na cidade de Pato Branco, sobre a temática e, por isso, sofreu por falta de fontes, dados, diálogos com pesquisadores. Enfatizamos ainda, a necessidade de investigações sobre a imigração haitiana para diferentes regiões do Brasil, por ser algo pouco explorado e não existirem muitas bibliografias que tratem desse assunto. Destacamos que a realização deste trabalho nos foi de extrema importância, por tratar de questões inovadoras, e assim contribuir de certa forma com a pesquisa científica.

6. REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

CHIAVENATO, I**. Introdução à Teoria Geral da Administração**. 4. ed., São Paulo, Makron Books: 1993.

COTINGUIBA, G. C.; PIMENTEL, M. L**. Apontamentos sobre o processo de inserção social dos haitianos em Porto Velho.** 2012**.** Disponível em: <http://lnx.scalabriniane.org/smr/wp-content/uploads/2012/09/ARTIGO-HAITIANOS-EM-PORTO-VELHO-MAIO-2012.pdf>. Acesso em: 27 de agosto de 2013.

COTINGUIBA, G; PIMENTEL, M. L. Relato sobre imigração na Amazônia ocidental brasileira: Haitianos em Porto Velho. **Revista Nossa América Hoy**, São Paulo, mar. 2013. Disponível em: <http://www.memorial.org.br/wp-content/uploads/2013/05/nossa_america_hoy_ed_03.pdf>. Acesso em: 01 de setembro de 2013.

CROCHÍK, J. L**. Preconceito, indivíduo e cultura**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

FONSECA, J. M. O vodu no bicentenário da independência haitiana**. Revista Ameríndia**, v.10, p. 55-60, novembro de 2011.

FREITAS, M. E. A mobilidade como novo capital simbólico nas organizações ou sejamos nômades?. **O&S. Organizações & Sociedade**, v. 16, p. 247-264, 2009.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes:** a economia vulgar**.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. Volume I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SAVIANI, D. Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação. In: LOMBARDI, J. C., SAVIANI, D., SANFELICE, J. L. (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas/SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2002. p. 13-24

VALLER FILHO, W. **O Brasil e a crise haitiana : a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática**. Brasília : FUNAG, 2007.

Brasil, haitianos e os desafios da Lei de Migrações. Disponível em: <http://www.mundosustentavel.com.br/2012/01/brasil-haitianos-e-os-desafios-da-lei-de-migracoes/>. Acesso em: 19 de julho de 2013.

IBGE Cidades: Pato Branco. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=411850>. Acesso em: 17 de setembro de 2013.

IPARDES: Pato Branco. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=85500&btOk=ok>. Acesso em: 17 de setembro de 2013.